

# Condições para as diretas gerais-já

**MAURO CHAVES**

Muito mais do que desencantada, a população brasileira sente-se, hoje, verdadeiramente enojada com a matula corruptora, incompetente e empreguista que, pelos azares do destino, se aboletou no Palácio do Planalto, comandada por quem prometera "ser maior do que si mesmo", mas que, desde então, só encolhe, tornando-se sempre menor em relação ao já idoso tamanho original; enojada com o que fora um grande partido — PMDB —, legenda da "resistência histórica", quando na oposição, mas que hoje apenas se empanturra de vergonhosa locupletação, também histórica — no que é seguido de perto por outro fisiológico condutim: novo-republicano, o PFL; enojada, enfim, com toda essa mamparra, essa corja de políticos "profissionais" clientelistas, empreguistas, venais, capazes de quaisquer cambalinhos com o Planalto — troca de "apoio" por favores, de votos por empregos, de "adesões" por recursos federais —, porquanto o que lhes interessa não é, jamais, a eficiência da administração pública e sim o que possam extrair do poder em proveito próprio, em termos eleitorais ou financeiros mesmo — e aqui as raríssimas exceções, como de praxe, só confirmam a regra. Neste sentido é que a reforma ministerial e administrativa que não houve — anunciada como tremenda bomba e eclodida como singelo traque "em nome da tranquilidade do País", como disse a porta-asneiras presidencial — não passou de uma última gota de decepção, de frustração, no copo já transbordado da paciência (ou saco) popular. É claro que se antes já pouco se acreditava, a partir dessa ridícula reforma ministerial e administrativa, que apenas remaneje algumas (mesmas) moscas no mesmo melado, ninguém mais acredita definitivamente, que algo de restável possa surgir tanto do governo que aí está quanto da súcia de políticos "profissionais" que aí estão. Nem se acredita mais nos partidos, conduzidos pelas velhas raposas e ratazanas de sempre, nem nos constituintes (pelo menos até agora), pois a bestialogia do Cabralão e o primarismo da Comissão de Sistematização fazem antever uma futura Carta Magna mais do que bombástica, descosida, incoerente, inviável e retrograda.

Evidentemente, a única solução política que haveria para essa crise profunda que atravessamos, seria a convocação imediata de eleições gerais, amplas, irrestritas, em todos os níveis: para presidente da República e também para senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos, vereadores, em todos os estados e municípios do País. Seria uma forma de enterrar-se definitivamente, uma falsa transição, que gerou mandatos ilegítimos, porque estribados em uma Constituição inquestionavelmente ilegítima. Seria uma forma de resgatar-se uma vontade eleitoral, vitimada por uma fraude, um estelionato praticado por um partido político — e pelos detentores do po-

der — de maneira inédita, sem qual-quer precedente na História de nosso país. Seria uma forma de devolver à sociedade brasileira alguma esperança, um mínimo de alento, alguma perspectiva efetiva de mudança de costumes políticos, uma possibilidade de saneamento, de limpeza, de depuração, pelo processo eleitoral, da qualidade dos homens públicos do Brasil.

Esta seria a solução óbvia, racional e democrática. Façamos, entretanto, a ingênua indagação: estaria a classe política reinante, a começar pelos membros do partido majoritário, o PMDB, disposta a "arriscar" mandatos tão duramente "conquistados", para os quais foram investidos tantos recursos, privados e especialmente públicos — considerando-se todos os esforços concentrados das máquinas governamentais para a obtenção de votos nas últimas eleições? E o que dizer dos governadores, muitos dos quais já estão gastando verbas astronômicas em publicidade, especialmente na televisão (no que assumem a liderança os governadores de São Paulo e de Minas Gerais), em razão de suas candidaturas à Presidência da República, às expensas, obviamente, dos contribuintes? O que levará constituintes — senadores e deputados federais —, governadores ou mesmo deputados estaduais a "abrir mão" do longo tempo de mandato que ainda lhes resta, trocando um desfrute já assegurado do poder por uma eleição incerta, duvidosa, trabalhosa e dispendiosa? Quanto aos políticos peemedebistas, de um modo geral, claro está que serão os últimos a desejar ver uma urna eleitoral tão cedo. Fugirão de eleições como os vampiros das réstias de alho, pois têm plena consciência de que hoje a simples menção da sigla PMDB, em praça pública, significa a apresentação de um verdadeiro estigma de traição, de engodo, de ludíbrio do povo, de fisiologismo, a provocar imediata reação de repúdio e revolta. Diga-se o mesmo em relação ao PFL. Sobrariam então os outros partidos, os pequenos, que mesmo reunidos — todos — jamais teriam condições de levar o Congresso Constituinte a convocar eleições diretas e gerais, em todos os níveis.

Por outro lado, se nos lembrarmos de que mesmo aquela memorável campanha popular pelas diretas-já em 84 não conseguiu fazer o Congresso de então aprovar a emenda Dante de Oliveira — e se levarmos em conta, também, que o nível da classe política cabocla não mudou tanto de lá para cá — só podemos chegar a uma conclusão: para que sejam convocadas estas eleições gerais, necessária será uma mobilização monumental da opinião pública, muito maior do que a que já tivemos. E além da mobilização de toda a sociedade civil — entidades representativas, sindicatos, veículos de comunicação, etc. — essa convocação passa por uma reforma partidária que signifique a implosão definitiva do PMDB e do PFL. Uma coisa, porém, é certa: as diretas-gerais-já jamais virão de um golpe militar...